

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 789 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1999



O plenário do Senado terá hoje o último dia de discussão em primeiro turno da emenda da CPMF, podendo votá-la em seguida

Plenário endossa homenagem de Arruda a Elcio

Senadores de diferentes partidos se associaram ontem à homenagem que o senador José Roberto Arruda prestou ao ex-líder do governo no Senado e atual ministro da Defesa, Elcio Alvares. No discurso, Arruda anunciou seu afastamento da liderança do governo no Congresso. Ele disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa de liberdade política para enfrentar as dificuldades do novo mandato.

PÁGINA 6

Prorrogação da CPMF pode ser votada hoje

Proposta de emenda constitucional estende a cobrança da contribuição por mais três anos e estabelece novas alíquotas

A proposta de emenda constitucional que aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e estende sua vigência por mais três anos poderá ser votada hoje, em primeiro turno, pelo plenário do Senado. Até ontem, a matéria não havia recebido emenda de plenário, o que, se ocorrer, deve adiar sua votação.

A proposta, apresentada pelo senador Elcio Alva-

res (PFL-ES), e com parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), prorroga a CPMF até o ano 2001. Além disso, estabelece que a atual alíquota, de 0,20%, subirá para 0,38% nos primeiros 12 meses e cairá para 0,30% nos meses subsequentes. O aumento de arrecadação obtido com a mudança será destinado, conforme a proposta, ao custeio da Previdência Social.

PÁGINA 2



Arruda entre Antonio Carlos e Josaphat Marinho

ACM discorda de moratória dos estados

Presidente do Senado diz que contratos de renegociação das dívidas estaduais com a União devem ser cumpridos e que uma eventual mudança não poderia beneficiar somente os "maus pagadores"

PÁGINA 3

Solução à vista para imóvel em litígio

Projeto de lei incluído na pauta de amanhã do Senado disciplina o parcelamento do solo urbano em áreas submetidas a processo de desapropriação, pendente de solução definitiva. A proposta prevê a possibilidade de registro em cartório do título de cessão da posse.

PÁGINA 8

Comissão de Infra-Estrutura aprecia indicações

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reúne-se hoje, às 10h, para apreciar duas mensagens presidenciais: uma reconduzindo Júlio Colombi Netto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), relatada favoravelmente pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), e a outra indicando Luiz Tito Cerazoli para o cargo de membro do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), tendo o relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), apresentado parecer favorável.

A aprovação prévia da indicação de nomes para exercerem cargos nesses órgãos faz parte da competência privativa do Senado. Os indicados deverão ter seus nomes votados pela comissão após sabatina. As duas mensagens precisam ser submetidas também à deliberação do plenário.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1999

PRESENCIA

Antonio Carlos Magalhães

- ▶ 11h - Participa da solenidade de assunção do cargo de ministro de Esporte e Turismo pelo senhor Rafael Greca
Local: Auditório do Ministério da Educação - Esplanada dos Ministérios - bloco L
- ▶ 12h - Recebe o embaixador Celso Lafer, ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno da PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

PREVISÃO DA SEMANA

- ▶ Quinta-feira (7.01.99)
14h30 - Agenda em aberto
- ▶ Sexta-feira (8.01.99)
9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: *Mensagem nº 279/98, que submete à consideração do Senado o nome do senhor Júlio Colombi Netto à recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo; e *Mensagem nº 277/99, que submete à consideração do Senado o nome do senhor Luiz Tito Cerazoli, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.
- ▶ 10h - CPI dos Institutos de Pesquisa
Pauta: Reunião de trabalho
Local: Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho

Decisão sobre CPMF pode sair hoje

Proposta de prorrogação até 2001 da cobrança da contribuição, com aumento de alíquota, tem chance de ser apreciada em primeiro turno pelo plenário nesta quarta-feira

O plenário do Senado pode votar hoje a proposta de emenda constitucional que aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e estende sua vigência por mais três anos. Até ontem, a proposta não havia recebido nenhuma emenda de plenário. Caso haja emendas, a votação poderia sofrer atraso, uma vez que o relator do projeto, senador Romeu Tuma (PFL-SP), teria de dar parecer sobre elas.

A proposta apresentada pelo senador Elcio Alves (PFL-ES), começou a ser discutida pelo plenário no final de dezembro. Antes, passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando Romeu Tuma recusou cin-



Proposta a ser apreciada pelo plenário estabelece alíquota de 0,38% nos primeiros doze meses

co emendas de senadores e manteve o texto apresentado pelo autor.

De acordo com a proposta, a CPMF ficará prorrogada até o ano 2001. A atual alíquota, de 0,20%, subirá para 0,38% nos primeiros 12 meses e cairá para 0,30% nos

meses subsequentes.

O aumento da arrecadação proveniente da CPMF será destinado ao custeio da Previdência Social, segundo o projeto. De acordo com o autor e o relator, a prorrogação e o aumento da con-

tribuição se devem ao agravamento das crises asiática e russa, que levaram o governo a propor ao Congresso um ajuste fiscal mais rigoroso. O déficit da Previdência, também conforme Romeu Tuma, agravou a situação.

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE 4 A 29 DE JANEIRO DE 1999

Número	Assunto	Relator	Situação
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Último dia de discussão no plenário, em primeiro turno
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 42/98	Institui sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
Outros assuntos			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	CAS, para exame das emendas de Plenário, em turno suplementar
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	CE
PLC 48/98	Ensino no Exército Brasileiro	Aguardando distribuição	CCJ
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Mesa, recebimento de emendas
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	CAS
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	Aguardando distribuição	CAS
PLC 03/99	Institui política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	Aguardando distribuição	CE

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM é contra moratória da dívida dos estados

Presidente do Senado diz que contratos devem ser cumpridos e que eventual mudança não poderia beneficiar apenas os "maus pagadores"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se ontem contra a proposta, defendida por alguns dos novos governadores, de decretação de uma moratória no pagamento das dívidas estaduais com a União. "Os contratos devem ser cumpridos", afirmou o senador, acrescentando: "Se mudar para um, tem que mudar para todo o país, não apenas para os maus pagadores".

A respeito da posição do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que já manifestou de público a intenção de decretar uma moratória no pagamento do serviço da dívida mineira com a União, o senador disse apenas que "o governador Itamar deve saber o que está fazendo, da mesma forma

que a União deve saber o que vai fazer".

CONVOCAÇÃO

O presidente do Senado previu também que a questão do pagamento da convocação extraordinária dos parlamentares, bloqueado por liminar de um juiz federal do Rio de Janeiro, "terá solução satisfatória".

Antonio Carlos disse não acreditar que a questão possa atrapalhar o trabalho legislativo durante a convocação, "pelo menos no Senado". Ele observou que o assunto é "discutível" e lembrou que a Advocacia Geral da União (AGU) já recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), pela segunda vez, para cassar a liminar.



Antonio Carlos espera "solução satisfatória" para a questão do pagamento da convocação extraordinária e não acredita em prejuízo ao trabalho legislativo

Tuma é o novo líder do governo no Senado

Já na condição de líder do governo no Senado durante a convocação extraordinária do Congresso, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) reuniu-se ontem com o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães. Ele estava acompanhado do ministro da Defesa, Elcio Alvares.

No encontro, de acordo com o senador paulista, foi analisada a mobilização dos senadores para a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e aumenta de 0,20% para 0,38% a sua alíquota. A votação pode ocorrer na sessão de hoje.

Romeu Tuma disse que a expectativa de que a matéria seja aprovada é boa, e que, se for possível votá-la em primeiro turno nesta quarta-feira, haverá condições de concluir sua trami-

tação no Senado ainda durante a convocação extraordinária.

A votação da proposta na sessão de hoje, quando se encerra sua discussão, dependerá de que não sejam oferecidas emendas de plenário (que só podem ser apresentadas com 27 assinaturas



Tuma deseja concluir a tramitação da emenda da CPMF no Senado ainda em janeiro

de senadores).

A respeito de sua indicação para líder do governo no Senado, durante a convocação extraordinária do Congresso, Romeu Tuma disse considerar a escolha "natural", na medida em que ele já atuava como vice-líder, auxiliando o então líder, senador Elcio Alvares.

Jefferson critica insistência em cobrar contribuição de inativos

Se o governo insistir na cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos e dos pensionistas terá que assumir custos sociais e políticos muito maiores que os pequenos benefícios que resultarão da medida, disse ontem o senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Antecipando que não acompanhará "nenhuma medida que seja prejudicial aos aposentados", ele sugeriu que o presidente da República, os ministros diretamente envolvidos e as lideranças do governo no Congresso repensem a questão.

— Não sei por que o governo insiste nessa medida — observou o senador a propósito de noticiário segundo o qual o Executivo decidiu reiterar sua proposta de cobrança dos servidores inativos e pensionistas, reapresentando-a ao Legislativo em fevereiro ou março.

Rejeitada quatro vezes pela Câ-



Jefferson antecipou que não acompanhará "nenhuma medida prejudicial aos aposentados"

mara dos Deputados, a proposta representa elevado custo social, por impor uma redução na renda de parcela significativa dos servidores públicos, e "custo político altíssimo", avaliou o senador. Além disso, "o governo correrá o risco de uma batalha judicial, dada a inconstitucionalidade da cobrança", acrescentou.

Os próprios dados do governo sobre quanto o Tesouro Nacional

arrecadará a mais com a cobrança são questionáveis, afirmou Jefferson Péres, baseando-se em trabalho elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado. Segundo o governo, a medida renderá R\$ 2,7 bilhões anuais a partir do ano 2000. Pela análise da consultoria, no entanto, esse valor refere-se à arrecadação bruta decorrente da cobrança previdenciária. A arrecadação líquida seria de no máximo R\$ 1,7 bilhão, pois haveria redução na arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Física, que incide sobre o rendimento líquido dos servidores inativos, explicou Jefferson Péres.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também registrou que não votará a favor da nova cobrança, por considerá-la injusta, injustificável até mesmo se permitisse "encher os cofres do Estado".

Tebet elogia ministério, mas quer apoio à produção

A criação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio pelo presidente Fernando Henrique Cardoso mereceu elogios do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Para ele, a medida "reacende a esperança de que o país retome o caminho do desenvolvimento econômico". Tebet ressalta, entretanto, que o trabalho do ministro recém-emposado, Celso Lafer, será inútil se não houver apoio ao setor produtivo.

— A criação do ministério traz a esperança de diminuição das desigualdades sociais, através do desenvolvimento econômico. Mas é preciso dotar o país de políticas agrícola, industrial e de habitação — afirmou.

Ramez Tebet vê no Orçamento de 1999 indicativos de recessão e desemprego. Como solução, o relator da lei orçamentária sugere que o governo "ouse, com medidas concretas de apoio à produção". Ele espera que o ministro Lafer coordene um programa de desenvolvimento para o país, por meio de linhas de crédito do BNDES e do Banco do Brasil, "para ajudar quem produz".



Ramez Tebet defende políticas agrícola, industrial e de habitação

— Não podemos aceitar passivamente o ajuste fiscal, com aumento de receita através da majoração de impostos. Temos que buscar alternativas, como linhas de crédito com juros compatíveis — observou Tebet.

Em aparte, o senador Levy Dias (PPB-MS) afirmou que as altas taxas de juros são o maior empecilho ao desenvolvimento. Lembrou que o governo paga por mês R\$ 7 bilhões em juros da dívida interna, "o que torna sem efeito os recursos conseguidos com o ajuste fiscal".

Francelino pede urgência para reforma política

Senador elogia propostas do relatório da comissão especial do Senado, lembra que presidente da República considera assunto prioritário, e acredita que mudanças poderão fortalecer o quadro institucional do país

Ao observar que o presidente da República incluiu na pauta de convocação do Legislativo a reforma político-partidária, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem ao plenário que vote logo a matéria, em nome do fortalecimento institucional do país.

Em sua opinião, chegou o momento de a nação, através do Senado, partir para uma análise dos projetos elaborados pela comissão especial que estudou esse assunto na Casa:

– O presidente disse que o assunto é prioritário. Está na pauta da convocação. Não é possível que o Congresso não se debruce sobre ele – pregou o parlamentar.

No entender de Francelino Pereira, mediante a aprovação dos projetos de lei e propostas de emenda constitucional elaborados por uma comissão especial do Senado, o Bra-



Francelino acredita que, se as mudanças forem aprovadas, o Brasil contará com partidos mais fortes

sil poderá superar o frágil e fragmentado quadro partidário com que conta hoje. Para o senador, nossas legendas ainda são órgãos políticos em busca de consolidação e o Brasil tem que ser “um país de partidos sólidos e estáveis”.

Francelino Pereira lembrou que essa reforma sempre preocupou o país e que, desde a posse para o primeiro governo de Fernando Henri-

que Cardoso, muitos já sustentavam que ele devia começar modificando as leis político-partidárias.

Conforme o senador, o governo preferiu deixar a iniciativa nas mãos do Legislativo. “Se tivesse começado pela reforma político-partidária, não teria avançado muito”, analisou.

Ele observou que muitos partidos brasileiros são “verdadeiros esqueletos”, daí por que, por iniciativa do

senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o Senado resolveu criar uma comissão para estudar o assunto. A comissão produziu um relatório que Francelino fez questão de exibir em plenário: “A matéria agora está colocada perante esta Casa”.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) ironizou o fato de a votação da reforma partidária estar agora sendo convocada exatamente por um governo que ajudou a “desmantelar os partidos”. José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que os defensores da reforma partidária no governo concentram sua preocupação na fidelidade partidária, a fim de tolher os parlamentares. Francelino respondeu que um parlamentar não pode perder sua liberdade, mas observou que um mínimo de fidelidade é fundamental para a estabilidade das instituições.

Projeto amplia prazo de filiação

O projeto de lei de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, fixando prazos mínimos de domicílio eleitoral e de filiação partidária para o registro de candidato às eleições, também é uma das matérias previstas na pauta da convocação extraordinária agora em janeiro.

O projeto amplia de um para dois anos o prazo de domicílio eleitoral na circunscrição em que o eleitor concorrerá como candidato. Também aumenta de um para dois anos o prazo mínimo em que o eleitor que deseja concorrer a cargo eletivo deve estar filiado ao partido político, “salvo caso de fusão, incorporação ou para participar, como fundador, de novo partido político”.

No caso de primeira filiação, permanece o prazo de um ano. Na justificativa do relatório final da Comissão da Reforma Político-Partidária, o relator, senador Sérgio Machado, argumentou que a ampliação dos prazos mínimos de filiação partidária trará como resultado a redução da transferência de candidatos entre os partidos políticos em períodos pré-eleitorais:

– Como reforço à vida partidária e ao estabelecimento de vínculos fortes entre os candidatos e a região pela qual concorrem, entendemos indispensável o aumento do prazo de domicílio eleitoral para dois anos – defendeu Sérgio Machado.

Emenda propõe mandato de seis anos para senadores

A pauta dos trabalhos da convocação extraordinária do Congresso, no período de 4 a 29 de janeiro, prevê a tramitação de proposta de emenda constitucional (PEC) que fixa o mandato dos senadores em seis anos, com renovação de um terço do Senado Federal a cada dois anos. Atualmente, os senadores são eleitos para mandato de oito anos, e a composição da Casa é renovada a cada

quatro anos, em um terço e dois terços sucessivamente. A proposta foi elaborada pela comissão temporária do Senado que discutiu a reforma político-partidária.

De acordo com a PEC, as eleições para o Senado ocorreriam a cada dois anos, coincidindo a cada quatro anos com os pleitos municipais. Durante os trabalhos da comissão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) havia sugerido a redu-

ção do mandato senatorial para quatro anos, mas considerou satisfatória a proposta do relator na Comissão da Reforma Político-Partidária, senador Sérgio Machado, aprovada por unanimidade:

– O senador Sérgio Machado avança porque, de oito anos, propõe seis anos. Avalio que se trata de um passo na direção daquilo que eu havia proposto – ressaltou.

Na justificativa que acompanha

a PEC, Sérgio Machado argumenta que a alteração possibilitará uma representação mais fiel das forças políticas estaduais:

– Como temos eleições regulares no Brasil a cada dois anos, a mudança proposta se incluirá sem traumas no calendário eleitoral e garantirá a atualidade da representação na Câmara Alta do Legislativo federal – explicou o relator.

Voto facultativo também está na pauta do Senado

Aprovada pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, a proposta de emenda constitucional que institui o voto facultativo está na pauta do Senado para esta convocação extraordinária de janeiro.

Elaborada pelo relator da matéria na comissão, senador Sérgio Machado, a PEC resultou da fusão de nove propostas que tramitavam na Câmara ou no Senado e mantêm a obrigatoriedade exclusivamente para o alistamento eleitoral.

Conforme a justificativa do relator, à semelhança das principais democracias representativas, votar deve ser visto como o exercício de um direito da cidadania e não como uma obrigação.

A obrigatoriedade do voto, por sua vez, seria um dos índices de

autoritarismo político, correlação demonstrada pela instabilidade que caracteriza as instituições democráticas dos países latino-americanos (o voto obrigatório é adotado em 30 países, metade deles situados na América Latina).

Outro argumento favorável à adoção do voto facultativo estaria no reconhecimento de que ele já ocorre na prática das eleições brasileiras, tese que constava do relatório preliminar apresentado pelo relator e aprovada pela comissão.

– De 1947 para cá, tivemos 20 projetos de anistia; de 1992 para cá, todas as eleições foram anisteadas. Nenhum de nós conhece alguém que tenha sido punido ou recebido pena por ter deixado de

Fogaça concluiu que o voto obrigatório foi inútil no plebiscito de 1993, sobre o regime de governo



votar – registrou Sérgio Machado em seu relatório preliminar.

INDIFERENÇA

Além de não sofrer nenhuma sanção por não cumprir a obrigatoriedade de votar em todas as eleições, o eleitorado também teria tornado o voto facultativo ao comparecer às urnas, mas optar por não escolher representantes, anulando os votos ou deixando-os em branco. Segundo dados da Justiça Eleitoral, nas eleições presidenciais de 1994 os votos nulos e brancos, mais as abstenções, atingiram 36,52%, índice que alcançou 40,19% em 1998.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que mudou de opinião sobre o voto obrigatório após o plebiscito de 1993, que decidiu sobre o regime de governo (parlamentarismo ou presidencialismo).

Fogaça disse ter percebido que “95% das pessoas que iam para os locais de votação não tinham clara idéia do que estavam votando”. Foi então que concluiu que o voto pode ser obrigatório, mas nada obriga um cidadão “a se deter, a estudar, a analisar, a avaliar um assunto complexo, como é o sistema de governo”.

Congresso aprecia fidelidade partidária na convocação

Proposta de emenda constitucional apresentada pela comissão de reforma política prevê a perda de mandato de parlamentar que deixar o partido pelo qual foi eleito, salvo nos casos de fusão ou de fundação de nova legenda

Divulgação de pesquisas eleitorais pode ser limitada

Entre as matérias a serem apreciadas na convocação extraordinária do Congresso Nacional, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40/98, apresentada pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que prevê restrições à divulgação de pesquisas eleitorais.

A emenda altera o artigo 220 da Constituição, que trata da comunicação social e já estabelece restrições à propaganda de cigarros e bebidas. Se for aprovada, a PEC determinará que lei federal estabeleça restrições à divulgação de pesquisas eleitorais "a fim de preservar a vontade do eleitor".

A sugestão do relator da comissão, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), é que a divulgação dos resultados das pesquisas seja proi-

bida nos últimos 15 dias antes das eleições, "para evitar que se possa mudar ou transformar a vontade do eleitor". O relator afirmou, em sua justificativa, que "a pesquisa eleitoral tem o efeito de motivar o eleitor, principalmente aquele que só vota em quem vai ganhar", destacou.

Machado lembrou que os partidos podem continuar fazendo pesquisas e apenas a divulgação do resultado estará proibida nos últimos dias antes do pleito. O senador afirmou ainda em sua justificativa que, nas audiências públicas, houve manifestação majoritária a favor de alguma limitação temporal para a divulgação de pesquisas. E acrescentou que a restrição já existe em quase todas as democracias do mundo.

O Congresso deverá apreciar durante a sessão legislativa extraordinária proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da fidelidade partidária. A PEC prevê a perda do mandato do integrante do Poder Legislativo que deixar o partido pelo qual foi eleito – salvo no caso de fusão ou incorporação ou para participar, como fundador, da constituição de novo partido – ou cometer grave violação da disciplina partidária. Nessa segunda hipótese, a mesma punição é aplicada ao chefe do Poder Executivo.

Atualmente, é punido com a perda de mandato o parlamentar que ferir o decoro parlamentar; que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, exceto licença ou missão autorizada; que perder ou tiver suspensos os direitos políticos; que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado ou por decretação da Justiça Eleitoral.

Também perde o mandato pela atual legislação o parlamentar que, desde a expedição do diploma, firmar ou mantiver contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público, e também o que aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nessas entidades. Já a partir da posse, é



Relator da proposta, Sérgio Machado considera a fidelidade fundamental para o fortalecimento dos partidos políticos

vedado ao deputado e ao senador ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum* nessas entidades e patrocinar causa em que seja interessada qualquer uma delas.

A partir da posse, também sob pena de perda do mandato, é proibido atualmente o parlamentar ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada. O parlamentar também não pode ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

A proposta de fidelidade partidária que será examinada pelo Congresso é de autoria da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária e foi elaborada

a partir de várias outras propostas que tramitavam na Câmara e no Senado. O relatório final da comissão analisa outras sete PECs e três projetos de lei que constam da reforma.

Na justificativa da PEC, o relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), argumenta que a fidelidade partidária é um dos aspectos fundamentais no fortalecimento das instituições políticas. Ele acrescenta que a valorização do candidato em detrimento do partido tem propiciado uma situação que facilita a migração partidária.

– Muitas vezes essa migração tem finalidade meramente eleitoral ou pessoal, em face da ausência de compromisso com os programas partidários – comentou Sérgio Machado.



Ademir Andrade foi o autor do requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades nas pesquisas eleitorais

CPI sobre atuação de institutos se reúne hoje

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a apurar a possíveis irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisa durante as eleições de outubro passado reúne-se hoje, às 10h, no Anexo II do Senado Federal, para definir seu calendário de trabalho.

A CPMI já recebeu dos principais institutos de pesquisas as informações solicitadas através de ofício encaminhado em dezembro último, que pedia, entre outros dados, sub-

sídios sobre o trabalho desempenhado pelos institutos durante as eleições, sobre os principais clientes de cada um deles e, ainda, sobre a situação administrativa das empresas de pesquisa.

Criada a partir de requerimento apresentado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), a comissão é presidida pelo deputado Maluly Netto (PFL-SP) e tem como relator o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Acesso à propaganda gratuita na TV dependerá do desempenho de partidos

O desempenho eleitoral dos partidos será fundamental para que eles tenham acesso à propaganda eleitoral gratuita e recebam dinheiro do Fundo Partidário. Isso é o que estabelece projeto de lei que os senadores analisarão durante a convocação extraordinária do Congresso em janeiro. O objetivo é impedir a multiplicação excessiva de partidos políticos. O projeto foi apresentado pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária.

Na justificativa da proposta, o relator da comissão que estudou

o assunto, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), destaca que, nas eleições de 1990, os cinco maiores partidos conquistaram pouco mais de 62% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Já nas eleições de 1994, os mesmos partidos passaram a ocupar 70% das cadeiras. Nas eleições realizadas este ano, observa o senador, esses partidos conseguiram mais de 78% das vagas da Câmara.

– Diante da análise da situação atual, decidiu-se pela atuação indireta, assegurando o acesso às verbas do Fundo Partidário e aos programas eleito-

rais gratuitos no rádio e televisão somente aos partidos que tenham desempenho eleitoral que lhes proporcione o funcionamento parlamentar – afirma o relator. Esse "funcionamento parlamentar" significa ter, pelo menos, 5% dos votos para a Câmara dos Deputados, com o mínimo de 2% em pelo menos nove estados.

Machado acredita que, assim, prestigiam-se a liberdade de criação de partidos e a exigência de representatividade para que o partido receba apoio institucional do Estado.

Arruda deixa liderança e homenageia Elcio

Senador do Distrito Federal anuncia seu afastamento da função de líder do governo no Congresso e elogia o novo ministro da Defesa

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) anunciou ontem, em plenário, seu afastamento da liderança do governo no Congresso, durante pronunciamento em que homenageou o ex-líder do governo no Senado e ministro da Defesa, senador Elcio Alves (PFL-ES). Arruda disse que tomou a decisão por entender que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa de liberdade política para enfrentar as dificuldades do novo mandato e para concluir o ajuste fiscal:

— É tempo de mudanças e é tempo de dar ao presidente total liberdade política para as articulações que julgar mais convenientes para atravessar este momento muito difícil da realidade brasileira. O presidente assume um novo mandato, com nova equipe de ministros. Julgávamos, Elcio Alves e eu, que seria importante Sua Excelência ter total liberdade de assumir com a nova composição congressual e com novas lideranças nesta Casa — explicou o senador.

No discurso, Arruda disse que Elcio representa o espírito da cordialidade e do cavalheirismo e sempre soube, “mesmo nos momentos mais difíceis, mesmo nos



Arruda agradeceu o apoio recebido dos presidentes da República e do Congresso

momentos de graves e profundas discordâncias, com uma palavra amiga, com uma forma sempre correta de abordar os problemas, buscar a convergência”. O senador pelo DF disse que não fazia a homenagem em nome pessoal, pois tratava-se de um discurso conjunto, tal a quantidade de apartes ao seu pronunciamento (*ver reportagem abaixo*).

Ao despedir-se da liderança, Arruda agradeceu o apoio dos parlamentares e

lembrou que sempre pôde contar com o apoio do presidente da República e do presidente do Senado e do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães:

— Reconheço em V. Exa. a capacidade de ser imparcial e de respeitar os adversários. O país tem de saber que V. Exa. tem dirigido o Congresso Nacional com total imparcialidade. Poucas vezes, mas muito poucas vezes, o senador Elcio Alves e eu teríamos obtido sucesso não fosse a firmeza, a correção e, em especial, a clareza dos posicionamentos de V. Exa.

ELOGIOS

Na opinião do presidente do Senado, o presidente da República agiu bem ao procurar para um ministério novo e de difícil implantação um homem com as qualidades de Elcio Alves, “pela capacidade de fazer com que funcionasse o Senado e a maioria que representava”.

Antonio Carlos destacou como características marcantes de Elcio Alves o talento no trato pessoal e o afeto que nutria por todos. “Graças a isso, recebe a manifestação unânime do Senado Federal. Se o Senado perde um senador, o governo ganha um grande ministro”, afirmou o

presidente do Senado, desejando êxito a Elcio em sua nova missão e garantindo o apoio do Congresso ao novo ministério.

O presidente do Senado disse que Arruda foi um baluarte do governo no Congresso Nacional. Lembrou as dificuldades inerentes ao cargo de líder do governo e destacou a habilidade política de Arruda no diálogo com a oposição, permitindo criar um ambiente favorável em votações importantes e difíceis. “Quem quer que venha substituir o senador Arruda terá uma tarefa difícil pela frente. Todos nós sabemos do seu trabalho e todos nós lhe temos muito respeito. O país lhe deve muito pela sua atuação como líder do governo”, disse Antonio Carlos.

Arruda agradeceu as palavras de Antonio Carlos e lembrou que trabalhou muito, mas contou com a ajuda de um terceiro líder do governo, o deputado Luís Eduardo Magalhães. “Não poderia deixar de registrar aqui a minha reverência à lembrança daquele que mais me ajudou nos momentos mais difíceis dos trabalhos congressuais: o meu amigo, o inesquecível deputado Luís Eduardo Magalhães”, afirmou o senador.

Senadores elogiam atuação e caráter de ex-colega

O senador Elcio Alves (PFL-ES) deixou o Senado para assumir o cargo de ministro da Defesa, mas levou consigo o respeito e admiração dos senadores com quem conviveu, concordou e discordou nos últimos oito anos. Parlamentares da base de sustentação ao governo e de oposição alinharam-se nos elogios à atuação de Elcio, em sucessivos apartes ao pronunciamento em que José Roberto Arruda (PSDB-DF) homenageou o representante capixaba.

Ramez Tebet (PMDB-MS) até absteve-se de enaltecer as qualidades de Elcio Alves. “Dispensar-me das adjetivações sinceras que estão dentro do meu coração, porque, neste sentido, ele pulsa com a mesma intensidade de que V. Exa. está falando”, disse.

Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que, para ele, o nome Elcio Alves sintetiza o espírito senatorial e lembrou a história política de Elcio e sua passagem pelo governo do Espírito Santo. “Tive oportunidade de conhecer as obras por ele realizadas, o que demonstra como foi feito para a vida pública; tanto operou bem no Executivo como no Legislativo”, afirmou Lobão.

Djalma Bessa (PFL-BA) disse nutrir grande admiração por Elcio Alves desde que foram colegas na Câmara dos Deputados. “É um senador exemplar e um executivo que se houve muito bem no governo do Espírito Santo. Chego a felicitar o senhor presidente da República pela escolha. Sua Excelência procurou um homem capaz, de vida pública acentuada, de bom diálogo, um líder nato, que tem todas as condições e qualidades para o desem-

penho de uma missão que está a desafiar-lo mas ele vai alcançar o êxito”.

Francelino Pereira (PFL-MG) disse que “a nomeação do senador Elcio Alves merece realmente os aplausos desta Casa, desta instituição e do Brasil inteiro”. Ele lembrou que Elcio é um homem honrado, de poucas posses e que estava preocupado com seu destino. “Em determinado momento, pareceu-lhe mais adequado instalar em Brasília um escritório de advocacia, talvez uma forma de ameaçar recursos e sair do estado de pobreza em que vive como homem público desta Nação”, afirmou.

Iris Rezende (PMDB-GO) ressaltou que o presidente da República foi muito feliz ao escolher “um homem do porte, do equilíbrio e da formação cívica de Elcio Alves” para ocupar o Ministério da Defesa, que, no seu entender, representa um avanço da democracia brasileira. “Assim, a cada dia, a cada mês, a cada ano, vamos jogando para longe os rastros do arbítrio vivido pelo país durante alguns anos”, afirmou Iris.

José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que fazia questão de apartear o senador Arruda por duas razões. Primeiro, porque o Ministério da Defesa é uma mudança que já vinha sendo defendida desde a Assembléia Constituinte pelo PT. Em segundo lugar, continuou, pela convivência que teve com o senador Elcio Alves. “Sempre, ou pelo menos na grande maioria das vezes, estivemos em campos opostos, mas não posso deixar de registrar a extrema felicidade de convivência nesses quatro anos. O senador Elcio Alves, quando me despedi da Liderança do Bloco Oposição, em fins de 1997, fez ques-



Diversos senadores lembraram os melhores momentos de Elcio Alves no plenário

tão de falar e tecer palavras extremamente carinhosas a mim e ao meu desempenho na Liderança da Oposição, o que é inclusive uma prática e um componente de seu temperamento”, disse Dutra.

Gerson Camata (PMDB-ES) observou que a homenagem feita por Arruda a Elcio Alves era um papel que ele, Camata, deveria cumprir e destacou a seriedade e a lealdade como traços característicos da personalidade do senador. “Tanto que ele chegou ao final do seu trabalho como líder respeitado pelo líder da oposição”, afirmou Camata. O senador lembrou palavras do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para quem “um político tem que ser respeitado e amado. Se ele não for amado, pelo menos que seja respeitado”. Camata disse que Elcio tem do povo capixaba o respeito, a admiração e o amor.

Geraldo Melo (PSDB-RN), falando como líder do seu partido, destacou que a homenagem acabou ficando parecida com

o próprio Elcio. Para Melo, mesmo tendo uma carreira política de fazer inveja a qualquer homem público, Elcio Alves sempre se preocupou em evitar as apoteoses, o espetáculo. “A modéstia é parte da vida dele, da sua personalidade e de suas características. Costumamos assistir, participar de manifestações de despedidas de companheiros que vão para uma nova missão (como é o caso dele), mas estamos assistindo a isso sem ele. Ele não pode estar aqui. Mas a Casa está para dizer que ele talvez seja um dos mais notáveis exemplos de homem público de sua geração”, disse.

Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que Elcio recebia missões que pareciam ser impossíveis de cumprir e incontáveis vezes ouviu companheiros dizendo que votariam favoravelmente a algumas matérias “pelo Elcio”, mesmo sendo contra. “Isso sintetiza tudo”, concluiu Suassuna.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que em algumas ocasiões discordou da orientação do líder Elcio Alves, mas em nenhum momento foi constrangido ou se criou qualquer obstáculo para que adotasse a posição que julgasse mais conveniente.

“E digo, sem medo de errar, que uma das razões mais importantes dos sucessos que o governo teve na apreciação de matérias no Senado foi justamente o trabalho, a cordialidade, a compreensão do senador Elcio Alves”, afirmou Alcântara.

Levy Dias (PPB-MS) lembrou que também logo estará deixando o Senado e classificou Elcio Alves como “um político nota dez”.

Gilvam anda 600 km para pedir asfalto na BR-156

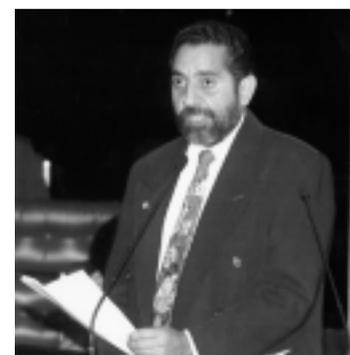
Exibindo da tribuna duas bengalas que usou como apoio para trilhar os 600 quilômetros que separam os municípios de Oiapoque e Macapá, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu o asfaltamento da BR-156, o “eixo viário de integração do estado”. O parlamentar quer que o presidente Fernando Henrique garanta, em audiência com as lideranças políticas do Amapá, a pavimentação da rodovia, como prometera em visita ao estado durante a campanha para a reeleição e na viagem presidencial à Guiana Francesa.

Com a caminhada, Gilvam Borges quis chamar a atenção para a necessidade de conclusão da obra, iniciada em 1993. A estrada, segundo ele, significa a integração do estado, e mesmo do Brasil, com a Guiana Francesa. O acesso à colônia francesa, para o senador, pode representar a porta de entrada para o mercado europeu. A estrada vai do município de Laranjal do Jari até ao Oiapoque.

O senador salientou a importância de que os agentes financeiros nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), participem da ampliação da infra-estrutura no estado. Ele acrescentou que o aprimoramento das condições de transporte é essencial para a melhoria das condições sócio-econômicas do Amapá.

A caminhada durou de 15 a 30 de dezembro, segundo Gilvam Borges. Ele destacou que dormiu em barracas montadas na beira da estrada. Em seu discurso, citou um homem que caiu em sua tenda, após três dias de caminhada em que buscava socorro para a esposa, que havia dado à luz no povoado de Cedro. O senador mandou o carro que lhe dava apoio logístico socorrer a mulher do caminhante.

Em aparte, Sebastião Rocha (PDT-AP) elogiou a iniciativa de Gilvam, dizendo que ele recebia os cumprimentos de todo o povo do Amapá. Mas fez uma autocrítica, ao afirmar que os parlamentares do estado não conseguiram levar um quilômetro sequer de asfalto para a BR-156, nos quatro anos desta legislatura.



Gilvam acha que rodovia pode abrir portas para o mercado europeu, através da Guiana

Fim de manicômios pode ser apreciado neste mês

O Senado Federal deve aprovar durante o período de convocação extraordinária – segundo previsão feita ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) – o projeto de lei, originário da Câmara dos Deputados, que acaba com os manicômios. Segundo o parlamentar, é “bem provável” a aprovação do projeto durante os trabalhos extraordinários de janeiro.

“Estamos trabalhando num texto conciliatório que não terá dificuldades para ser aceito pela maior parte dos senadores”, diz Sebastião Rocha. Ele esclareceu que o projeto “prevê a convivência entre os dois sistemas de atendimento aos doentes mentais: o hospitalar, com uma internação a mais breve possível, e o ambulatorial, usando novas técnicas de terapia comunitária”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Body pump
7h30 - *Especial/Unip* - Recuperação de amputados (2ª parte)
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Spinning Bike
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Curitiba
9h30 - *Entrevista* - Deputado Roberto Pessoa fala sobre produção de algodão
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - Comissão de Infra-Estrutura (ao vivo)
12h - Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - Investigação dos Institutos de Pesquisas Eleitorais
12h30 - *Entrevista* - Deputado Roberto Pessoa
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão
13h30 - *Agenda Econômica* - O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto, fala sobre desemprego
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - *Cores do Brasil* - Bahia
19h - *Palestra* - Juventude, crises como possibilidades de crescimento

20h - *Cores do Brasil* - Ouro Preto
20h30 - *Entrevista* - Deputado Roberto Pessoa
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Agenda Econômica* - Ministro Almir Pazzianotto
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
10h - CPI dos Institutos de Pesquisa (ao vivo)
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - “A Voz do Brasil”
Em seguida - Música e informação
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”
Em seguida - Música e informação
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida - Música e informação
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”
Em seguida - Música e informação
0h - Reprise Sessão Plenária do Senado
Em seguida - Música e informação

Rocha alerta contra aumento de preços dos planos de saúde

O senador pediu ontem às empresas do setor que “se contenham” e evitem reajustes por causa de novas exigências em vigor a partir de janeiro

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu ontem que as operadoras de planos de saúde “se contenham” e não majorem seus preços em função das novas exigências da lei que disciplina seu funcionamento. “Não há por que os contratos antigos devam sofrer aumentos, até porque a adaptação definitiva às novas regras de atendimento mais completo somente será obrigatória após dezembro do corrente ano.”

Para Rocha, relator da proposta no Senado, é “compreensível” que as empresas dos planos de saúde queiram ter lucros. “Num

regime de livre mercado, as empresas precisam dar lucro, mas faço um apelo às operadoras para terem consciência de que estão lidando com o assunto mais delicado, a própria vida humana. Além disso, a população está vivendo tempos difíceis, com aumento de desemprego e perspectivas sombrias da economia.”

Ao congratular o Congresso por ter aprimorado o projeto enviado pelo governo, Sebastião Rocha disse esperar que a entrada de capital estrangeiro no setor de planos de saúde venha a colaborar com a queda de preços. “O governo lutou tanto pela



Sebastião Rocha lembrou que a adaptação definitiva às novas regras só ocorrerá em dezembro

idéia, como mecanismo para obter preços mais acessíveis, que todos almejamos ver concretizada essa perspectiva”, afirmou.

Plenário avalia proibição de venda de sangue

Começa a tramitar no Senado, durante a convocação extraordinária, projeto que trata da coleta, processamento e transfusão de sangue. Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados, e enviado agora ao Senado, fica proibido qualquer tipo de comercialização do sangue e seus derivados. A base da atividade será, de acordo com o projeto, a utilização exclusiva da doação voluntária, não remunerada, cabendo ao poder público estimulá-la.

A proposta estabelece uma série de princípios norteadores da atividade. Entre eles, a obrigatoriedade da assistência médica na

triagem de doadores. Além disso, o projeto determina a realização de testes individuais das amostras de sangue coletado, bem como a utilização de material estéril e descartável.

O projeto regulamenta o artigo 199 da Constituição, propondo um novo ordenamento institucional para a distribuição de sangue. Sujeita os órgãos que executam atividades hemoterápicas a autorização anual concedida pelo órgão de vigilância sanitária e cria, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e De-

rivados (Sinasan), formado pelos organismos operacionais de captação de doações, coleta, processamento e controle do sangue e pelos centros de produção de hemoderivados.

O objetivo desta nova estrutura é garantir a auto-suficiência do país no setor e harmonizar as ações do poder público em todos os níveis de governo. Assim, a Política Nacional de Sangue seria desenvolvida por meio de rede nacional de serviços de hemoterapia, públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, de forma hierárquica e integrada.

ACM recebe Conselho Editorial do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em seu gabinete, na tarde de ontem, integrantes do Conselho Editorial do Senado, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para um balanço do trabalho já realizado e apresentação das propostas em andamento.

Antonio Carlos elogiou a atividade do conselho, que já publicou mais de duas dezenas de volumes, e, em especial, a atuação do senador Alcântara, sua determinação na execução do projeto e o bom senso na escolha dos títulos:

— É um esforço ao qual a sociedade brasileira dará justos aplausos, na medida em que for tomando conhecimento dele — disse.

Criado pela atual Mesa Diretora, o conselho tem por objetivo tornar disponíveis ao público obras de grande interesse histórico e científico, mas sem apelo comercial para as editoras privadas, e esgotadas há muitos anos. São cinco séries: *Coleção Brasil 500 Anos*, *Clássicos da Po-*

Antonio Carlos previu que a sociedade dará “justos aplausos” ao trabalho do Conselho Editorial



litica, *O Brasil Visto por Estrangeiros*, *Biblioteca Básica Brasileira*, e a *Coleção Memória Brasileira*, que republica edições originais, em fac-símile.

Entre as obras editadas pelo conselho estão o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, de Rubem Borba de Moraes e William Berrien, livros de Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Pandiá Calógeras, Alberto Torres e Capistrano de Abreu. Os próximos lançamentos incluem autores estrangei-

ros que visitaram o Brasil.

Acompanharam Lúcio Alcântara à audiência com o presidente do Senado os conselheiros Joaquim Campello, Carlos Henrique Cardim, Raimundo Cunha Neto e Carlyle Madruga e o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia.

A distribuição das publicações é feita pela Editora da Universidade de Brasília, ou diretamente, através da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado (fone 311.3575).



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Imóvel em litígio poderá ter cessão de posse

Projeto a ser votado amanhã pelo plenário do Senado resolve situação de quem compra ou recebe um lote em processo de desapropriação, que, pelas regras atuais, fica sem qualquer documento e não tem acesso a financiamento

O plenário do Senado deve votar amanhã projeto de lei que permitirá o parcelamento do solo urbano nas áreas submetidas a processo judicial expropriatório, pendente de solução definitiva.

O projeto, originário da Câmara, onde já foi aprovado, permite, ainda, que a pessoa que comprar um lote nessa situação possa registrar em cartório o título de cessão da posse. Ou seja, o projeto cria um título provisório que traz a possibilidade de sua transformação em domínio. Atualmente, quem compra ou recebe um lote em processo de desapropriação não recebe qualquer documento enquanto durar o processo na Justiça, que às vezes demora dez anos.

Em sua justificativa, o relator do projeto na Câmara, deputado Carlos Nelson (PMDB-SP), alega que o Poder Público muitas vezes necessita desapropriar áreas para implantar loteamentos populares. "Na ausência de consenso quanto à indenização, o processo judicial é demasiado lento, impedindo a pronta transferência do domínio à União, estados e municípios, deixando-os impedidos de lotear ou desmembrar o imóvel. É esta demora, que



Josaphat Marinho deu parecer favorável ao projeto na Comissão de Justiça do Senado

causa enormes sacrifícios à população carente, que o projeto visa a suprimir", explica.

PARECER

O projeto recebeu parecer favorável do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Josaphat lembra em seu parecer que, com o registro em cartório, os compradores ou beneficiários passarão a ter acesso a financiamento bancário para construção de suas casas.

O autor, deputado Carlos Nelson, afirma ainda que a imediata implantação do loteamento popular impedirá a ocorrência de invasões, hoje em dia corriqueiras,

que acabam representando sérios entraves à efetiva implantação do parcelamento, mesmo depois que a decisão judicial já foi tomada. "O resultado termina representando grande prejuízo ao desenvolvimento urbano e às populações carentes de habitação", enfatiza.

A proposta estabelece que, independente da decisão judicial sobre a desapropriação, ficará proibida a retrocessão, conferindo, dessa forma, proteção aos adquirentes e ao patrimônio público. Caso o projeto seja votado e aprovado amanhã, será enviado à sanção do presidente da República, pois já foi votado pelos deputados.

Lobão prevê contribuição positiva de Sarney Filho

A nomeação do deputado José Sarney Filho para o cargo de ministro do Meio Ambiente foi elogiada, em discurso, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele lembrou que Sarney Filho é deputado federal pela quinta vez e já foi presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável e integrou dezenas de comissões legislativas.



Lobão lembrou "trágicos exemplos" de países africanos na gestão do meio ambiente

– Este maranhense de boa cepa está em condições, por todos os motivos, de prestar importante contribuição política ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, investindo as suas qualificações e o seu prestígio na conquista das metas traçadas pela administração – afirmou Lobão.

O senador citou trechos do discurso de posse de Sarney Filho no ministério, no qual o deputado falou da responsabilidade que lhe foi atribuída, que é a defesa da "sobrevivência do homem na face da Terra, preservando os nossos recursos naturais e sua utilização sustentável".

Para Edison Lobão, Sarney Filho não fez apenas "uma frase re-

tórica", porque se trata de "uma realidade da maior gravidade e cheia de implicações para as futuras gerações".

– Os governos de todo mundo, ao que parece, ainda não se mostraram sensibilizados, na medida adequada, para o problema do meio ambiente. Dele tratam como algo secundário, adiável, sem se darem conta de que já tardam as providências que, em pouco tempo, não mais encontrarão soluções – continuou o senador.

Lobão citou os "trágicos exemplos" de alguns países africanos, onde os recursos naturais foram devastados, a biodiversidade foi desequilibrada e hoje eles se encontram "mergulhados num colapso de inviável solução".

Alcântara pede ao governo que reavalie a extinção do DNOCS

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu, ontem, a reavaliação, por parte do governo, da decisão de extinguir o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). "Trata-se de uma iniciativa prejudicial aos interesses do Nordeste, principalmente porque não há proposta de substituí-lo por outro órgão que se encarregue de implementar uma política de recursos hídricos, essencial para atenuar as dificuldades da região."

Para Alcântara, é preciso acabar com essa idéia de que extinguir órgãos significa economia. "No final, alguns poucos cargos são extintos, sendo os demais funcionários apenas remanejados. No governo Collor, isso aconteceu com muitos órgãos."

E prosseguiu: "Ainda em nome da economia foram vendidos milhares de imóveis funcionais em Brasília. O resultado dessa política é a atual dificuldade de abrigar os novos integrantes do governo, conforme apontou a secretária da Administração, Cláudia Costin. Isso certamente resultará em novas despesas."

Alcântara reconheceu que o DNOCS, com 90 anos de existência, pode ter-se tornado obsoleto. "Mas isto não pode significar o fim de uma política de aproveitamento de recursos hídricos que, no caso do Nordeste, significa ter um canal para carrear verbas indis-



Lúcio Alcântara lamenta que não haja proposta de substituir DNOCS por outro órgão

pensáveis para diminuir suas enormes desigualdades em relação aos estados do Sul/Sudeste. Especialmente quando estamos diante de uma seca que devasta a região há tantos meses", enfatizou.

O senador pelo Ceará estranhou a decisão do governo de extinguir o DNOCS sem que as lideranças políticas da região tenham sido informadas dos motivos, nem tido a oportunidade de debater a questão com seus técnicos. "Mesmo o Estado mínimo pode ser indutor de desenvolvimento. Aliás, os únicos incentivos permitidos pela Organização Mundial de Comércio (OMC) são justamente os regio-

nais", afirmou Alcântara.

APARTES

Em apartes, os senadores Roberto Freire (PPS-PE), Edison Lobão (PFL-MA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Geraldo Melo (PSDB-RN) concordaram com Alcântara. Para o senador Osmar Dias (PSDB-PR), não é preciso ser nordestino para entender a necessidade de o governo ter uma política agressiva de aproveitamento de recursos hídricos e de irrigação que possa fazer pela região o que foi realizado em Israel, onde as condições de solo e clima são ainda piores.